



Revista Temporalis e GTPs no biênio 2015–2016: gestão “Ousadia e Sonhos em tempos de resistência”

Magazine Temporalis and GTPs in the biennium 2015–2016: management “Daring and Dreams in times of resistance”

Raquel Santos Sant’Ana*

ID <https://orcid.org/0000-0002-2270-5541>

José Fernando Siqueira da Silva**

ID <https://orcid.org/0000-0003-1040-9558>

RESUMO

Este artigo apresenta o trabalho realizado pela gestão da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), intitulada “Ousadia e sonhos em tempos de resistência”, nos anos de 2015–2016, junto aos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) e à Revista *Temporalis*. Descreve, de forma sintética, a relação estabelecida pela direção da ABEPSS com os GTPs, visando ao fortalecimento de sua organicidade junto à entidade e à vinculação efetiva e permanente desses grupos à comissão científica do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Por fim, o texto destaca a importância da revista para a formação e para o trabalho profissional, analisando os temas publicados naquele contexto social, marcado pela destituição da presidente Dilma Rousseff, e finaliza apontando alguns desafios atuais.

PALAVRAS-CHAVE

ABEPSS; Grupos Temáticos de Pesquisa; Revista *Temporalis*; Serviço Social.

ABSTRACT

This article presents the work carried out by the management of the Brazilian Association for Teaching and Research in Social Service (ABEPSS) “Boldness and dreams intimes of resistance” in the years 2015–2016, together with the groups Thematic Research (GTPs) and magazine *Temporalis*. The article describes, in a synthetic way, the relationship established by the management of ABEPSS with the GTPs to strengthen its organicity with the entity and their linkage in an effective and permanent way in the scientific commission of the National Meeting of Researchers in Social Service (ENPESS). Finally, the text highlights the importance of the magazine for training and professional work, and analyzes the issues published in that social context that

*Assistente Social e Pesquisadora. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Franca, Brasil). Docente Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Franca, Brasil). E-mail: raquel.santana@unesp.br

**Assistente Social e Pesquisador. Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC, São Paulo, Brasil). Docente Titular do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Franca, Brasil). E-mail: jose.siqueira-silva@unesp.br

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n50p100-115

had as a landmark the dismissal of President Dilma Rousseff. He ends by pointing out some current challenges.

KEYWORDS

ABEPSS; Thematic Research Groups; Magazine Temporalis; Social Work.

Introdução

O texto ora apresentado destaca as atividades desenvolvidas pela gestão da ABEPSS no biênio 2015–2016, no estreitamento do vínculo da entidade com os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs), e sintetiza o debate travado nos volumes 29, 30, 31 e 32 da *Revista Temporalis*. Saudando a iniciativa da equipe que hoje compõe a atual gestão da ABEPSS, o texto não se propõe apenas a descrever as ações desenvolvidas, resumir ou quantificar a essência do trabalho realizado à época e suas prioridades, mas também oferecer aportes críticos sobre o significado dos diversos temas e estudos publicados na revista nesse biênio, sua contextualização histórica, os assuntos priorizados no campo da formação e do trabalho profissionais, as tensões, os limites e os avanços daquele período, bem como os duros desdobramentos históricos que já se anunciaavam mundialmente — particularmente para *Nuestra América* — no início da primeira década dos anos 2000.

Importante ressaltar que a reflexão aqui apresentada não é um produto solitário. Ela é fiel caudatária do legado crítico do Serviço Social brasileiro e latino-americano, da tradição crítico-dialética inspirada na produção marxiana-marxista — pluralista e não eclética — bem como das lutas coletivas travadas pelos rincões latino-americanos, sedentos por níveis crescentes de emancipação política e humana (Marx, 2005). Essa gênese no Serviço Social brasileiro se inaugura com a experiência da Escola de Belo Horizonte (Batistoni, 2021), que bebeu das principais contribuições progressistas do Movimento de Reconceituação latino-americano.

Gestão da ABEPSS 2015–2016 e a relação com os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs)

A gestão 2015–2016 da ABEPSS, intitulada “Ousadia e sonhos em tempos de resistência”, realizou diversas ações direcionadas ao aprofundamento da relação orgânica com os Grupos Temáticos de Pesquisa da entidade. Foi nessa gestão que os GTPs assumiram protagonismo, junto à ABEPSS, na condução dos trabalhos do Encontro Nacional de Pesquisadores/as em Serviço Social (ENPESS), compondo diretamente a comissão científica. A partir de então, os GTPs passaram a construir, em conjunto com a entidade, a organização das normas para envio e recebimento dos trabalhos, o redirecionamento para análise, o banco de pareceristas, as orientações gerais para apresentação, a indicação das coordenações e dos/as debatedores/as das mesas e sessões temáticas do ENPESS.

Para culminar nessa construção conjunta do ENPESS, diversas ações foram realizadas pela entidade, incluindo encontros da direção nacional com os Grupos Temáticos de Pesquisa, realizados tanto online quanto presencialmente. O relatório da última reunião da gestão com os GTPs, realizada em dezembro de 2016, sintetiza os avanços identificados pelas coordenações nesse período. Estiveram presentes membros da direção nacional e

regionais, além de representantes dos sete GTPs da ABEPSS¹. Na avaliação realizada, as falas das coordenações foram unâimes: a relação dos GTPs sempre foi orgânica com a entidade desde sua criação, mas, neste período, as atividades desenvolvidas permitiram materializar concretamente essa organicidade, fortalecendo tanto os GTPs quanto sua participação mais direta na entidade e, em especial, no ENPESS.

Na ata que traz o relato da reunião, é possível identificar o destaque dado por várias coordenadoras de GTPs sobre os avanços significativos dos grupos naquele período. Os pontos enfatizados foram: a importância do Seminário Nacional dos GTPs, realizado no Rio de Janeiro em 2015, antes da Oficina Nacional, que permitiu o amadurecimento da concepção dos GTPs e de suas ementas; a entrada dos GTPs como parte da comissão científica do ENPESS; a maior participação das coordenações dos GTPs nas atividades da entidade e na *Revista Temporalis*; e a relevância do investimento da direção nacional para viabilizar essa organicidade entre os GTPs e a direção, respeitando as autonomias relativas que esses grupos possuem.

Uma membra da direção regional sintetizou o trabalho conjunto entre a direção da entidade e os GTPs como um espaço de troca e construção: “[...] esta relação foi interessante mecanismo que potencializou o trabalho das regionais e revelou o movimento da direção nacional de aproximação dos GTPs.” (Fernanda, Regional Sul II *apud* ABEPSS, 2015).

Nesta ata foram registradas diversas manifestações das coordenações dos GTPs. Uma das coordenadoras presentes ressaltou que novos desafios se faziam presentes e destacou que a principal dificuldade dos GTPs naquele momento era o maior enraizamento junto às/aos pesquisadoras/es de forma presencial, bem como a necessidade de mobilizá-las/os para que participassem dos momentos de referência dos grupos.

Por fim, e de forma sintética, o documento supracitado registra a fala de uma das membros do GTP de Fundamentos, cuja participação na gestão foi bastante intensa. Ela destacou como ponto relevante o fato de esse GTP ter participado efetivamente da direção nacional da ABEPSS. Em seu entendimento, o envolvimento com o ABEPSS Itinerante poderia atuar como um aglutinador nesse processo de enraizamento, assim como a participação na *Revista Temporalis* e no ENPESS.

Nas gestões posteriores, essa organicidade seguiu se aprofundando e, atualmente, os GTPs, além de integrarem a comissão científica, também se responsabilizam por mobilizar os pesquisadores de suas áreas temáticas para que apresentem trabalhos no Encontro Nacional de Pesquisadoras/es. Essa atuação passou a compor a dinâmica pedagógico-organizativa do ENPESS, evento que recebe muitos trabalhos de excelência, com

¹ No biênio 2015–2016, a ABEPSS contava com sete Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs): Ética e Direitos Humanos; Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço; Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional; Serviço Social e Política Social; Serviço Social e Movimentos Sociais; Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades; e Trabalho e Questão Social. Na assembleia da entidade realizada em 2016, houve o desmembramento do GTP “Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades”, sendo que a temática de geração passou a compor um novo grupo, denominado “Serviço Social, Geração e Classes Sociais”.

articulação muito bem construída de suas sessões temáticas de apresentação e mesas coordenadas.

Outro marco importante da gestão “Ousadia e sonhos em tempos de resistência” diz respeito às comemorações dos 70 anos da ABEPSS, que também foi o tema do ENPESS em 2016, junto com as celebrações dos 20 anos das Diretrizes Curriculares e dos 80 anos do Serviço Social brasileiro².

Foi neste ENPESS que ocorreu o lançamento do documentário “ABEPSS 70 anos”³. Esse foi um momento marcante do Encontro, realizado na cidade de Ribeirão Preto, pois trouxe a público a história da entidade narrada por suas próprias protagonistas — uma trajetória de muita luta e resistência coletiva. A história foi apresentada ao vivo com grande emoção, revelando e documentando o legado crítico do Serviço Social brasileiro e como ele vem sendo construído e fortalecido ao longo de tantos anos.

A Revista *Temporalis* realizou um trabalho conjunto com o GTP “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”, o que se expressou em diversas atividades relacionadas a essa temática. Uma de suas edições voltou-se ao trabalho e à formação profissionais, e outra foi dedicada especificamente ao tema do ENPESS de 2016.

A participação mais orgânica dos GTPs na entidade permitiu que contribuíssem com o desenvolvimento das ações regionais, especialmente na efetivação das oficinas do Projeto ABEPSS Itinerante⁴, o que resultou no fortalecimento e na maior capilaridade da entidade. Uma evidência disso foi o fato de o projeto ABEPSS Itinerante ter sido concretizado em 33 oficinas realizadas em 23 estados, inclusive em regiões sem tradição na realização desses encontros. Isso possibilitou um amplo trabalho de capilarização da entidade junto às unidades de formação universitária e às/aos professoras/es e estudantes das diversas regionais da ABEPSS.

Revista *Temporalis*: fortalecendo a formação e o trabalho profissional críticos em tempos de recrudescimento do conservadorismo-reacionário

A Revista *Temporalis*, na gestão 2015–2016, teve como editor-chefe o professor Dr. José Fernando Siqueira da Silva e contou com uma comissão editorial composta pelo professor Dr. Ademir Alves da Silva (PUC-SP), pela professora Dra. Liduína de Oliveira e Silva (UNIFESP), pela professora Dra. Raquel Santos Sant’Ana (UNESP) e pelo assistente social Marcos Limonti, que integrou a equipe de apoio. Ademais, essa comissão foi ampliada com

² O tema do 15º ENPESS foi “20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional – reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS.” O evento aconteceu no período de 4 a 9 de dezembro de 2016, em Ribeirão Preto (SP).

³ Documentário produzido por Leile Teixeira, Marcos Limonti e Rodrigo Teixeira (Cf. Teixeira; Limonti; Teixeira, 2017).

⁴ O Projeto ABEPSS Itinerante é uma iniciativa da entidade que tem por objetivo “fortalecer as estratégias político-pedagógicas de enfrentamento à precarização do ensino superior, por meio da difusão ampla dos princípios, conteúdos e desafios colocados para a consolidação das Diretrizes Curriculares como instrumento fundamental na formação de novos profissionais, na direção do plano de lutas em defesa do trabalho e da formação e contra a precarização do ensino superior” (ABEPSS, online). Para mais informações, consultar: <https://abepss.org.br/itinerante-2016/>

a incorporação de duas representantes do GTP “Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional”: as professoras Dras. Alzira Maria Batista Lewgoy (UFRGS) e Carina Berta Moljo (UFJF).

Conforme previsto pela prática histórica da entidade, no planejamento nacional realizado em fevereiro de 2015, foram definidos os temas das três edições seguintes da revista a serem publicadas no biênio, considerando que a primeira edição dessa gestão já estava em curso, com o tema do ENPESS de 2014: “Lutas sociais e produção de conhecimentos: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”.

a reunião de planejamento, foram definidos os seguintes temas para as edições do biênio: a) “Trabalho, questão social e Serviço Social”, a ser publicada no segundo semestre de 2015; b) “Formação profissional em Serviço Social”, a ser publicada no primeiro semestre de 2016; e c) “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”, a ser publicada no segundo semestre de 2016.

A Revista *Temporalis* adota uma proposta editorial que prevê, em cada edição, uma seção temática específica (definida pela direção nacional da ABEPSS em seu planejamento e em diálogo com os GTPs), seguida por uma seção destinada a artigos de temas livres e outra voltada à apresentação de documentos, entrevistas ou homenagens/femenagens — estas últimas variando conforme as necessidades da entidade ou demandas das unidades de ensino e da categoria.

O primeiro número publicado pela gestão 2015–2016, intitulado “Lutas sociais e produção de conhecimentos: desafios para o Serviço Social no contexto de crise do capital”, foi lançado no primeiro semestre de 2015, conforme previsto, e retomou o tema do ENPESS de 2014. Nessa edição, além do editorial, foram publicados nove artigos sobre a temática central e cinco de temas livres, totalizando 14 trabalhos de autoras/es das cinco regiões do país e de oito diferentes estados brasileiros (Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Paraíba, Minas Gerais, Mato Grosso e Pará).

Cinco artigos da seção temática abordaram diretamente o tema central, refletindo sobre a realidade social e sua apropriação a partir da base teórica que sustenta a atual direção crítica do Serviço Social brasileiro. Foram discutidos temas como a apropriação do fundo público, o capitalismo dependente, a relação entre pauperização, desigualdades sociais e a questão social, os desmontes das políticas sociais e a crise do capital, bem como a relação entre os programas sociais e a perspectiva neodesenvolvimentista em crise naquele contexto de desgaste político dos governos do PT.

Os outros quatro artigos da seção temática trataram mais diretamente das lutas e dos movimentos sociais. Um deles discutiu os movimentos sociais presentes nas produções da área entre os anos de 1979 e 2013; outro abordou os limites da liberdade na sociedade de classes; o terceiro analisou o posicionamento crítico do Serviço Social nos anos de 1990; e o último refletiu sobre os desafios da formação profissional diante do avanço do neoconservadorismo religioso.

É nítida, nessa publicação, a presença de temas extremamente atuais, que já apontavam para novas configurações da questão social no período que se seguiria a partir de 2016, quando governos de direita assumem o poder com o golpe implementado contra o governo da presidente Dilma Rousseff.

A revista número 30, referente ao período de julho a dezembro de 2015, intitulada “Trabalho, questão social e Serviço Social”, foi a maior já publicada pela ABEPSS, reunindo, entre artigos temáticos, editorial, ensaios, temas livres, documentos e femenagem, um total de 25 textos de autoras/es de 10 diferentes estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Ceará, Sergipe, Minas Gerais e Pernambuco), do Distrito Federal e de dois outros países: Argentina e Portugal (dois artigos com participação de argentinos e um de uma autora portuguesa).

O editorial que abre a revista discute o tema central da publicação, abordando a crise do capital, o trabalho e as refrações da “questão social”, seguido de dois ensaios: um sobre a relação entre segurança social e trabalho em Portugal, e outro que inaugura o debate sobre a questão social e o Serviço Social, produzido pelo Grupo Temático de Pesquisa que trata especificamente dessa temática.

O debate sobre o mundo do trabalho e sua extrema precarização, as configurações do capital em sua versão financeirizada e os impactos desse contexto nas políticas sociais são objeto de reflexão em nove artigos temáticos e em um trabalho da seção de temas livres que enfoca a previdência social. Destacam-se as tramas do capital financeiro e as formas como este precariza a vida dos trabalhadores, indicando novos aportes ao debate que adensam ainda mais a percepção da questão social, incluindo o gênero na configuração da classe trabalhadora. A trama do poder político nos governos dos Partidos dos Trabalhadores e suas políticas funcionais ao capital perpassa o debate sobre as políticas sociais e sua relação direta com os interesses do capital.

Ainda na sessão dos artigos temáticos, três textos trazem contribuições importantes para o aprofundamento do debate sobre a questão social: um discute a eugenio como suporte para o trato da questão social; outro aborda o capitalismo contemporâneo e a configuração regional do Nordeste brasileiro; e um terceiro trata da questão agrária como particularidade da questão social. Os dois últimos trabalhos dessa sessão focam no trabalho profissional: um na área da saúde e outro discutindo atribuições e competências profissionais a partir de pesquisa realizada na região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Na seção de temas livres, que reúne seis trabalhos, quatro trazem reflexões teóricas sobre diferentes temas: a legitimidade burocrática em Max Weber; os fundamentos da ética a partir de Agnes Heller; a relação entre patriarcado e capitalismo; e o debate profissional a partir da categoria “particularidade”, este último de autoria de um pesquisador argentino, doutor em Ciências Sociais.

Por fim, esta edição é concluída com dois documentos: o relatório do Grupo Temático de Pesquisa “Trabalho, questão social e Serviço Social” e a femenagem à professora Myriam

Veras Batista, importante intelectual do Serviço Social brasileiro, falecida em setembro de 2015. A diversidade de temas e a amplitude do debate evidenciam a efervescência do período em que o Partido dos Trabalhadores começava a perder base política. Soma-se a isso o agravamento das configurações da questão social, resultado de uma série de desmontes dos direitos sociais em decorrência das políticas neoliberais em curso, que se intensificariam no período seguinte.

O número 31 da Revista *Temporalis*, intitulado “Formação profissional em Serviço Social”, referente ao período de janeiro a junho de 2016, é composto por dois textos introdutórios: um editorial elaborado pela comissão ampliada da revista (acima indicada) e um ensaio escrito pela professora Dra. Margarita Rozas Pagaza, da Universidad Nacional de La Plata, intitulado “*La formación profesional: avances y tensiones en el contexto latinoamericano*”, produzido especialmente para a referida edição. Ambos os textos tratam da formação profissional em Serviço Social, com enfoque brasileiro e latino-americano, debatendo os profundos desafios enfrentados naquele momento.

A importância do tema da formação se refletiu em dez artigos temáticos, que versam sobre o ENADE, a mercantilização da educação, os desafios da formação e da educação profissional permanente, as críticas ao pensamento pós-moderno e seu impacto no projeto de formação profissional, além dos desafios da docência e da articulação entre supervisão de campo e supervisão acadêmica.

A seção de temas livres contou com quatro artigos, todos adensando assuntos que seriam aprofundados nos anos seguintes nos estudos da categoria profissional: a questão ambiental, as relações sociais de sexo, o adensamento da pobreza e o debate mais atual sobre o planejamento no Serviço Social.

O volume é finalizado com dois documentos: um sobre o estágio supervisionado em Serviço Social e outro sobre a realidade das/os discentes da graduação em Serviço Social (redigido por elas/es); além de uma entrevista concedida pelo professor Dr. Giovanni Alves e uma fenenagem feita por docentes da PUC-SP à professora Dra. Maria Lúcia Carvalho e Silva. Os trabalhos aprovados expressam uma boa diversidade regional: Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Tocantins.

O número 32 da Revista *Temporalis*, referente ao período de julho a dezembro de 2016, intitulado “Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional”, é composto por um texto introdutório, o editorial que dá nome ao volume. Além de apresentar a edição e relacioná-la ao ENPES-2016, o texto retoma os eixos norteadores que orientam os fundamentos, a formação e o trabalho profissional, considerando o cenário adverso já em curso naquele período.

A relevância desse debate se expressou na publicação de 12 artigos temáticos, abordando assuntos como o papel educativo da profissão, a pós-graduação e o ensino superior no Brasil, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, a privatização e a precarização na área da educação, as tensões e potencialidades do estágio supervisionado, o neoconservadorismo, as políticas sociais, o fetichismo e a crítica à economia política, além do debate sobre a organização sindical.

A seção de temas livres contou com três artigos que adensam questões bastante atuais: a garantia de direitos, o ajuste fiscal e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e a precarização do trabalho. Também foi publicado um ensaio que analisou o projeto de formação em Serviço Social e sua trajetória histórica no período de 1996 a 2016. Os textos expressaram ampla diversidade regional: Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraíba, Tocantins, Sergipe, Espírito Santo e Distrito Federal.

Importante destacar que os quatro volumes aqui apresentados desenvolvem conteúdos que já indicavam a materialização de um cenário bastante complexo e regressivo no Brasil e na América Latina. Foram publicados em um período marcado pelos impactos mais decisivos e profundos da crise do capital de 2008, que varreu os projetos neodesenvolvimentistas então em curso.

Essa época marcou, mais precisamente, a derrocada de vários governos constituídos por frentes amplas, caracterizadas como progressismos na América Latina. São exemplos relevantes:

- a) No Brasil, os desdobramentos das movimentações de junho de 2013 expressaram diversas insatisfações — em sua ampla diversidade — capturadas e potencializadas pela extrema-direita brasileira (Maricato, 2013). Ademais, a deposição de Dilma Rousseff em agosto de 2016 e a ascensão da extrema-direita foram amparadas pelas ações da conhecida “Lava Jato”, pela prisão de Lula da Silva, pela dilapidação da CLT durante o governo de Michel Temer e pela eleição de Jair Bolsonaro à presidência. O ressurgimento de Lula na eleição de 2023 é um fato importante e inesperado, mas sob condições muito limitadas e distintas daquelas enfrentadas no início dos anos 2000;
- b) Na Argentina, a derrota do bloco peronista-kirchnerista, a ascensão da direita com Mauricio Macri, o fracassado retorno peronista com Alberto Fernández (2019–2023) e a recente ascensão da extrema-direita com Javier Milei;
- c) Os inúmeros problemas, resistências externas e fissuras internas do diverso bolivarianismo (Equador, Bolívia e Venezuela), hoje atravessando um duro cenário;
- d) O enfraquecimento da Frente Amplia no Uruguai e seu recente retorno, sem as mesmas bases anteriores;
- e) As oscilações entre a direita e os moderados progressismos chilenos;
- f) A consolidação do conservadorismo-reacionário no Paraguai, com a derrota da Frente Guasú;
- g) A direitização contínua do Peru e da Colômbia (tradicional aliado do imperialismo dos EUA), apesar da recente resistência popular colombiana expressa no governo de Gustavo Petro;

h) Por fim, a reedição de governos populistas de extrema-direita na América Central e no Caribe, ainda que seja necessário considerar a histórica e contraditória resistência cubana e uma recente continuidade progressista no México — parte latina da América do Norte — com López Obrador e Claudia Sheinbaum.

Trata-se, efetivamente, de uma crise não apenas conjuntural, centrada no esgotamento de um diverso projeto progressista-neodesenvolvimentista e da política de conciliação de classes (Braz, 2017; Iasi, 2019), mas de sinais nítidos de uma crise estrutural do capital — ou seja, a objetivação de uma “ruptura metabólica” que tende a inviabilizar, ou ao menos dificultar significativamente, a reprodução ampliada do capital e da sociedade capitalista que lhe dá sustentação (Mészáros, 2002). Os sinais são visíveis e nunca observados com tamanha intensidade:

- a) A produção destrutiva e supérflua; o desemprego estrutural; a precarização; a terceirização; a intensificação e digitalização do trabalho e da vida como um todo (Antunes, 1999; 2018);
- b) A devastação ambiental, também expressa na lógica produtiva altamente destrutiva do capital (Sant’Ana et al., 2024);
- c) O recrudescimento do belicismo;
- d) O avanço de valores anti-humanos, preconceituosos, patriarciais, homofóbicos, fundamentalistas-religiosos, xenofóbicos e de inspiração fascista, caracterizados como conservadorismo-reacionário (Sant’Ana; Silva, 2020);
- e) Ademais, o avanço da extrema-direita e o profundo estranhamento social que afeta a diversa classe trabalhadora, destrói sua potência organizativa, devasta sua vida e captura sua subjetividade como “livre empreendedor”. Sinais explícitos da barbárie em curso.

Na América Latina, este cenário tem se reproduzido com particularidades. Pelas bandas latino-americanas e caribenhas, a crise estrutural se impõe sob o legado da via colonial (Chasin, 2000), neocolonial-dependente, como modernização conservadora (Ianni, 2019) e desenvolvimento desigual-combinado, cuja economia reatualiza sua tradição essencialmente primária, agroexportadora e extrativista (Fernandes, 2009; Marini, 2000; Oliveira, 2003). A partir disso, ergueu-se predominantemente um setor de serviços e uma indústria subsidiária ou receptora de tecnologia externa, que funciona como sucursal de grandes multinacionais e monopólios mundiais. Reatualizam-se, simultaneamente, traços de uma ideologia colonial/neocolonial, racista, marcada por elites que manipulam privilégios e fundos públicos em benefício próprio.

O moderno ataque à classe trabalhadora impõe-se aqui precarizando uma força de trabalho que, historicamente, foi remunerada abaixo do valor necessário à sua reprodução, em um quadro de maior agudização das desigualdades étnico-raciais e de gênero. Trata-se de um contexto de Estados sociais débeis com os direitos e robustos com privilégios destinados às elites capitalistas locais. Em outras palavras, a devastação do capital, em sua fase terminal, tem se imposto com requintes ainda mais intensos, assentada sobre as bases sócio-históricas da região.

O Serviço Social, no cenário brasileiro e latino-americano, como profissão inserida no movimento concreto da história (Iamamoto; Santos, 2021), direta ou indiretamente vinculado aos Estados e a diversos programas e projetos sociais, foi profundamente impactado por esse processo regressivo. O empobrecimento do já precário Estado social constituído na região — fortemente marcado por políticas compensatórias de gestão do pauperismo extremo, inspiradas em programas do Banco Mundial (como Bolsa Família, Asignación Universal, entre outros) — tem sido ainda mais dilapidado economicamente e atacado por ideologias de extrema-direita que reeditam o discurso de que tais programas são onerosos, não estimulam o trabalho, mantêm as pessoas na pobreza, não favorecem atitudes empreendedoras e fomentam gastos excessivos que dilapidam o fundo público⁵.

É nesse espaço que se insere a categoria profissional das/os assistentes sociais. As condições objetivas e subjetivas para o exercício profissional têm sido substancialmente afetadas — seja em relação ao espaço socio-ocupacional e suas condições de trabalho progressivamente precarizadas, seja pelas agruras da vida refratadas na subjetividade das/os assistentes sociais (Raichelis, 2020). Pesquisa recentemente publicada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2024) indica que as áreas da assistência social e da saúde continuam sendo aquelas que mais empregam assistentes sociais no Brasil. O estudo destaca:

Sobre a remuneração de assistentes sociais por espaço sócio-ocupacional, é possível verificar que mais de 50% das respondentes que atuam na principal área – assistência social – recebem remunerações mais baixas, entre R\$ 1.001,00 a R\$ 2.000,00 (31,16%) e entre R\$ 2.001,00 a R\$ 3.000,00 (32,21%). Na área da saúde, segunda em incidência, os salários são um pouco mais altos – entre R\$ 3.001,00 a R\$ 4.000,00 (31,13%) e entre R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00 (20,01%), totalizando mais de 50% na saúde. O destaque nas remunerações mais elevadas fica para a área sociojurídica, sendo quase 50% para as remunerações mais elevadas – entre R\$ 5.001,00 a R\$ 7.000,00 (21,28%) e entre R\$ 7.001,00 a R\$ 9.000,00 (23,40%). Dentre as remunerações mais baixas, destacam-se os 9,94% de docentes que recebem até R\$1.000,00; dos que recebem de R\$1.001,00 a R\$2.000,00, atuantes na cultura (33,33%), nos direitos humanos (25,76%) e na política agrária (22,22%). [...] constata-se a progressiva redução do quadro de servidores/as estatutários/as e ampliação de vínculos contratuais precários, temporários e intermitentes, de modo geral por meio da externalização da prestação de serviços para empresas terceiradas ou por meio da prestação de serviços individuais (pejotização), até alcançarem as formas mais espúrias de contratação de serviços especializados, como é o caso do pregão eletrônico [...] observamos que é no setor público municipal que se encontram as formas mais precarizadas de vínculos contratuais, como o contrato temporário e a prestação de serviços, chegando até à “ausência de contrato”, mesmo entre profissionais que ingressaram por concurso público/seleção simplificada, situação que demanda novas pesquisas para um conhecimento mais aprofundado. Mas indiscutivelmente os dados apresentados nos alertam para a crescente e insidiosa presença de distintas modalidades de trabalho intermitente, previstas na CLT em vigência desde 2017, e amplamente praticadas em vários países com diferentes denominações, entre elas o modelo inglês de zero hour contract (contrato de zero horas), conforme análise de Antunes (2018). [...]. Além de baixos salários, um total de 2.833 profissionais, o que corresponde a 30,88% de

⁵ Interessante verificar, também na atualidade, que os gastos com a manutenção da força de trabalho são vistos como onerosos, imorais e focos de corrupção (um velho-novo tema). Por outro lado, as desonerações destinadas ao capital são insuficientes e necessárias para “manter os empregos”. Os postos de trabalho estão sendo mantidos? Sob quais condições?

respondentes, declarou já ter adoecido em função das condições e relações de trabalho (CFESS, 2024, p. 52–53, 62 e 77).

Nesse contexto, e por ele golpeado, a formação profissional na área de Serviço Social precariza-se, formalizando em definitivo o ensino a distância, digitalizando e burocratizando processos educativos explicitamente comprometidos com a “decadência ideológica” (Lukács, 1981), com o aligeiramento da formação em todos os níveis, estimulando o produtivismo e um certo tipo de “ciência” puramente descritiva, recheada por “modelos aplicativos”, prioritariamente técnico-operativa e anti-intelectual. O Serviço Social, uma vez mais, tem sido sugado por sua dimensão meramente operativa, que descarta, por decreto, qualquer atitude minimamente reflexiva e estimuladora da práxis profissional — vistas como pesadas, “ideológicas”, morosas e desnecessárias (Montaño; Guerra, 2024; Silva, 2013; 2022; Mallardi, 2023).

A dureza analítica aqui apresentada, estimulada pelo “pessimismo da razão”, também anunciada nas produções publicadas pela Revista *Temporalis* no biênio 2015–2016, impõe-se como uma necessidade à crítica radical, à negação de qualquer saída idealista — fundamentos para a construção de alternativas de resistência absolutamente necessárias e possíveis no cenário atual (Silva, 2024).

O legado construído pela profissão nestes últimos 40 anos é, sem dúvida, fundamental para o enfrentamento dos desafios do tempo presente (Iamamoto, 2007; 2017). Trata-se de uma experiência acumulada em cenários bastante complexos e regressivos, ainda que, em alguns momentos, tenha havido interlocuções mais favoráveis, principalmente no âmbito das políticas sociais — como é o caso da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Mas é importante lembrar que o Serviço Social brasileiro, desde a década de 1990, ou seja, desde que o neoliberalismo se fortalece no país, luta na contracorrente do projeto hegemônico. Nesse sentido, o desafio não é definir a rota, mas sim as estratégias exigidas pela atual conjuntura política. Para tanto, destaca corretamente Netto (2017):

É verdade que, em 1999, se pronunciávamos as dificuldades de condução do “projeto”, jogávamos no otimismo. Hoje, porém, as ameaças apenas anunciamas em 1999 adquirem uma densidade que põe em crise a implementação do ‘projeto ético-político’. Então, o seu enfrentamento supõe mais vontade política organizada e menos ilusões otimistas (Netto, 2017, p. 313).

Trata-se de um desafio que exige a disputa ideológica dentro e fora da profissão, no sentido de seguir defendendo a efetivação de direitos sociais universais, a democracia, a equidade, bem como o combate aos preconceitos e a todas as formas de opressão e exploração — rumo a uma sociedade para além do capital.

E, para enfrentar os limites institucionais e políticos cada vez maiores, é fundamental que a profissão recupere e cultive, nas condições atuais, seu legado crítico-coletivo, suas lutas e seus estudos genuinamente humanos. Desde a década de 1990, a categoria profissional possui condições objetivas de identificar que projeto profissional e projeto institucional são distintos, e que não temos o poder absoluto de remover os entraves institucionais em determinadas circunstâncias — mas que nossa responsabilidade é seguir tensionando, ainda que em condições limitadas.

É importante mencionar que, como parte da heterogênea classe trabalhadora, a precarização ainda maior do trabalho e da vida pode ser um elemento mobilizador para uma maior proximidade com as lutas sociais, bem como com outras causas fundamentais cada vez mais explícitas: as lutas ambientais, antirracistas, por igualdade de gênero e por democracia em seu sentido pleno.

Aquilo que sufoca pode também potencializar, estimular transformações mais radicais na vida e no trabalho. O capital é, em si, contradição — ou seja, as mesmas condições que permitem sua reprodução ampliada repõem suas tensões objetivas. O isolamento individual das pessoas, mesmo em espaços coletivos, é uma estratégia da ideologia dominante para evitar “o outro”, que passa a ser uma ameaça e não um possível aliado. Portanto, romper a barreira do isolamento social e construir espaços coletivos de debate e reflexão são fundamentais, seja para angariar aliadas/os, seja para estabelecer explicitamente o que e a quem combater.

Conta a nosso favor a experiência acumulada e as iniciativas já em curso por parte de nossas entidades, que seguem promovendo formação e debate político por meio de diversas ações — como, no caso da ABEPSS, o ENPESS, as oficinas, os fóruns e os projetos do ABEPSS Itinerante. Ademais, para além dos nossos espaços profissionais, a presença nas lutas e movimentos sociais pode significar, neste momento, possibilidades de fortalecimento do sujeito coletivo e estratégia fundamental para continuar acreditando que existe vida para além do capital, que outra sociabilidade é possível de ser construída.

Esse duro cenário de crise do capital e da sociedade que permite sua reprodução contínua — e que estimula a destruição da vida e das bases naturais para sua perpetuação — não será superado apenas com boas intenções.

Exige, entre outras coisas:

a) Explicar a profissão no movimento da história (Iamamoto; Santos, 2021), orientado pela categoria da totalidade, amplamente sustentado na crítica radical da ordem social em curso e suas consequências: a transformação do produtor em produto, das relações humanas em mercadorias, do trabalho útil em trabalho alienado/estranhado, das pessoas em coisas puramente individualizadas e fragmentadas. A crítica ao capital como relação social que produz socialmente a riqueza e a privatiza, tornando-se o centro da vida que suga as energias genuinamente humanas como um vampiro (Marx, 2013), é central. Trata-se, portanto, de um processo que se impõe muito além dos limites intrínsecos às profissões, e que pode ser superado articulando condições objetivas, projetos profissionais e projetos societários revolucionários comprometidos com a reprodução da vida;

b) No âmbito do Serviço Social — certamente de forma mais modesta, mas articulado à práxis social — é preciso estimular a organização coletiva dentro e fora da profissão, defender criticamente os direitos necessários à sobrevivência da vida que luta, insistir na qualificação teórico-prática (em que pese as difíceis condições para isso), valorizar o exercício do pluralismo crítico, não eclético, não endógeno, que faz a crítica por dentro, qualificada, não dogmática, revelando as entradas da exploração-opressão como procedimento essencial à leitura do mundo e de suas relações para além do imediatamente

posto (Marx, 1989). É preciso recuperar e pôr em movimento as fontes genuínas que inspiraram a criação do Projeto Ético-Político Profissional nos anos 1990, sem que isso estimule sua paralisia naquele tempo histórico.

Considerações finais

A formação como elemento contínuo e necessário ao constante aprimoramento profissional é um princípio do atual Código de Ética do Serviço Social brasileiro (Lei nº 8.662/93). A importância do acervo teórico da profissão para esse processo de aprimoramento é inquestionável, e a *Revista Temporalis* compõe esse material formativo ao trazer não apenas temas essenciais ao debate teórico-metodológico, mas também aportes fundamentais para o direcionamento ético-político que sustenta a atual direção crítica da profissão.

Alinhar-se a um projeto societário para além do capital, posicionar-se a favor da democracia, da equidade, da justiça, dos direitos sociais e humanos — a partir de uma perspectiva de totalidade —, combater todas as formas de opressão e exploração, e tratar a liberdade como plena expansão dos indivíduos pressupõe formação crítica. O acervo profissional contribui significativamente para fortalecer essa direção, que convencionamos chamar de “Projeto Ético-Político Profissional”. Esse acúmulo foi sendo construído historicamente e precisa ser cotidianamente reforçado e fortalecido diante dos novos desafios que os diferentes contextos impõem à profissão.

A *Revista Temporalis* tem papel estratégico nesse processo, pois é publicada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade que, junto ao conjunto CFESS/CRESS e à ENESSO, é fundamental para a construção da atual direção crítica da profissão. Com isso, a revista não apenas anuncia e conduz os temas objeto de reflexão de suas diferentes edições, como também publica documentos e textos que contribuem para o direcionamento da formação em Serviço Social, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Nesse sentido, a construção da revista em diálogo com os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) tem fortalecido os diferentes projetos editoriais de cada biênio, contribuindo para consolidar uma relação mais orgânica desses grupos com a entidade. Isso é especialmente fundamental no atual contexto de ascensão do neoconservadorismo e das orientações ultra neoliberais dos Estados nos diferentes governos, particularmente os de extrema direita.

Neste artigo, destacamos a contribuição da gestão “Ousadia e sonhos em tempos de resistência”, no biênio 2015–2016, cuja atuação seguiu sendo fortalecida na mesma direção ético-política nos anos posteriores até o presente momento. Por isso, finalizamos este texto reproduzindo o lema dessa gestão, que fez um grande investimento no fortalecimento da capilaridade da entidade junto às unidades de ensino, profissionais e estudantes de Serviço Social: “A ABEPSS SOMOS TODOS NÓS”, que defendemos a atual direção ético política do Serviço Social Brasileiro.

Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. **Ata da Reunião da Direção Nacional com os GTPs.** Brasília, DF, 4 dez. 2016.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

ABEPSS Itinerante. 2024. Disponível em: <https://abepss.org.br/abepss-itinerante/>. Acesso em: 12 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Formação Profissional em Serviço Social. **Temporalis**, ano 16, n. 31, jan./jun. 2016.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/700>. Acesso em: 12 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Lutas Sociais e Produção de Conhecimentos: desafios para o serviço social no Contexto de crise do capital. **Temporalis**, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/565>. Acesso em: 12 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional. **Temporalis**, ano 16, n. 32, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/733>. Acesso em: 12 out. 2025.

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

Trabalho. “Questão Social” e Serviço Social. **Temporalis**, ano 15, n. 30, jul./dez. 2015.

Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/issue/view/627>. Acesso em: 12 out. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BATISTONI, R. Aproximações à tradição marxista no projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte: problematizações necessárias. In: IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Cláudia M. dos (org.). **A história pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021. p. 71–93.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85–103, abr. 2017. DOI:

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/J74WJRdJH6sHMHC9MhSDc8Q/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2025.

CHASIN, José. A via colonial de entificação do capitalismo. **A miséria brasileira – 1964–1994**: do golpe militar à crise social. Santo André (SP): Estudos e Edições AD Hominem, 2000. p. 17-28.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Global, 2009.

Iamamoto; Marilda V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**, n. 128, p. 13–38, jan./abr. 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.091>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjD6LzNSSXWzCvdR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2025.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; SANTOS, Claudia M. dos (org.). **A História pelo avesso**: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais. São Paulo: Cortez, 2021.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

IASI, Mauro L. Cinco teses sobre a formação social brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 136, p. 417–438-438, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.187>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/qJzFVXRhjD6LzNSSXWzCvdR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2025.

LUKÁCS, György. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: NETTO, José Paulo (org.). **Lukács**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1981. p. 109–131.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MALLARDI, M. W. Apuntes sobre el debate contemporáneo en Trabajo Social: interacciones desde la perspectiva histórico-crítica. **Revista Plaza Pública**, año 16, n. 29, p. jul. 2023.

MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebelde**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

MARINI, Ruy M. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Vozes/Clacso, 2000.

MARX, Karl. **A questão judaica**. São Paulo, Centauro, 2005.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo. Livro 1, 2013.

Marx, Karl. O método da economia política. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx & Engels**: história. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 409–417.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social crítico:** teoria e prática. Campinas: Papel Social, 2024.

NETTO, José Paulo. O projeto ético-político do Serviço Social: das ameaças à crise. In: BRAZ, Marcelo (org.). **Ensaios de um marxista sem repouso**. São Paulo: Cortez, 2017. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista:** o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: MOREIRA, Solange (Coord.). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, DF: CFESS, 2020. v. 2. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 12 out. 2025.

SANT'ANA, Raquel S.; SILVA, José Fernando. S. Recrudescimento conservador no Brasil: bases ontológicos-concretas e expressões no Serviço Social. **Revista Libertas**, Dossiê: os desafios do Serviço Social ante a escalada do conservadorismo, v. 20, n. 2, jul./dez. 2020.

SANT'ANA, Raquel S.; SILVA, Maria das Graças e; LUSTOSA, Maria das Graças O. P. (org.). **Crise socioambiental e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2024. Disponível em: https://konektacommerce.nyc3.cdn.digitaloceanspaces.com/TEXT_SAMPLE_CONTENT/crise-socioambiental-e-servico-social-222881-1.pdf. Acesso em: 12 out. 2025.

Silva, José Fernando S. (org.). **Serviço Social, fundamentos e tendências teóricas:** aportes al debate latino-americano. São Paulo: Cortez, 2022. (Biblioteca Internacional de Serviço Social)

SILVA, José Fernando S. **Serviço Social:** resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, José Fernando S. Teoria Social de Marx e Serviço Social: aportes para uma abordagem histórico-crítica. **Revista Libertas**, v. 24, p. 163-186, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2024.v24.44270>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/44270>. Acesso em: 12 out. 2025.

TEIXEIRA, Leile; LIMONTI, Marcos; TEIXEIRA, Rodrigo. **Documentário “ABEPSS 70 anos”**. TV ABEPSS, 14 maio 2017. 1 vídeo (1:33:36). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=j1f9a_9NLiw&t=1758s. Acesso em: 12 out. 2025.

Submetido em: 9/9/2025
Aceito em: 9/9/2025